



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR
COMISSÃO DA VERDADE

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevista realizada em: 1.3.2013

Hora: 14h30min.

Local: Sala de reuniões dos Colegiados Superiores

Entrevistado: Alberto Lima Leite

Responsável pela transcrição: Patrícia Wanessa de Moraes (bolsista)

Carlos Gomes: Então, minha gente, vamos começar nossa reunião que já está sendo gravada e já corre aí a lista de presença. Onde é que está? Quero que depois passe aqui para que todo mundo assine. A ata foi enviada por e-mail. As alterações propostas foram feitas. Então eu coloco em discussão a ata. Então considero a ata aprovada. Os bolsistas pediram que começássemos mais cedo. Só estava Juan, ele me entregou alguma coisa. Mas eu quero dizer que tenho lido o trabalho que vocês estão fazendo e [inaudível] que os trabalhos de vocês estão muito bons. Eu vou até ver que tinha um rapaz que trabalha na TV universitária que sempre vinha e nunca mais veio. Eu gostaria de ter de vocês sugestões de algumas entrevistas que vocês tenham conhecimento que seria interessante solicitar. Eu já vou fazer um ofício solicitando que eles enviem a relação de todas as gravações feitas desde o começo do programa “Memória Viva”. Eu soube que recentemente, há pouco, há cerca de um mês, houve a entrevista com o professor Itamar de Souza, que tem sido mencionado aqui em algumas coisas. Seria interessante a gente já requisitar essas.

[Inaudível]

Carlos Gomes: Eu vou pedir a relação dos que existem ainda, vamos dizer, intactos. É, pois é. [inaudível] Porque aqui a gente relaciona. A ata foi aprovada, então vamos assinar. Eu

conheço um livro, que foi até o pessoal da OAB que editou, mas é só do pessoal da área jurídica... Dr. Mário Porto. Kadma, passe aí pro pessoal. Então vou procurar saber isso, viu Kadma. A primeira coisa que eu solicito a você, depois eu posso até redigir, um ofício para a TV Universitária solicitando a relação de todos os programas até agora gravados para a gente fazer a triagem do que pode requisitar. Outra coisa, eu queria sugerir que fosse convidado a comparecer na próxima reunião Rinaldo Barros e o rapaz da Facex, José Maria Figueiredo, esses dois, para a próxima reunião, que será sexta-feira dia 8, se não estou enganado. [inaudível] Não, tenho não, mas é fácil. Hein, Juan? Você tem o endereço de Rinaldo? Mas não é difícil não. Ele foi professor daqui da Universidade ou é professor? Não é difícil não. Inclusive, ele escreve. Ainda ontem ele escreveu no... ele escreveu e tem o e-mail dele. A gente consegue. Rinaldo Barros. Vamos ver se a gente consegue, não é difícil não.

Kadma Maia: E o Adriel?

Carlos Gomes: O Adriel eu conversei com você que era preciso a gente conversar com Nadja, a irmã dele, para saber a situação dele. Eu já tenho, Juan me mandou o endereço dele, mas eu não queria falar diretamente com ele, eu queria conversar com a irmã dele. Eu acho que é Nadja Lopes Cardoso. Mas repare, só pode ser. É por isso que eu digo, não é difícil saber, lá no departamento. Eu estou ansioso para ouvir esse senhor, mas não sei a situação dele. Eu não queria telefonar diretamente, eu vou ver se indiretamente eu consigo. [inaudível]. Eu não me lembro da fisionomia dele, se eu vir não sei quem é. Você acredita que seja um homem de uns oitenta e poucos anos? [inaudível] Não, mas eu quero a relação para a gente aqui examinar. Por exemplo, o de Itamar de Souza eu soube que ele tinha sido entrevistado, é bem recente. Eu quero a relação, daí a gente marca. [inaudível]. Pronto, mas é preciso saber pra gente fazer a triagem. Pois não? O irmão de... [inaudível] Sim, pois não. O irmão de? [inaudível] Sim, olhe, olhe. Hum, sabia disso não. Está certo, está certo, muito bom. Então, anotações feitas. Geniberto que mora em Brasília. Eu mantive contato com ele e mandei, pedi, mandei um bocado de pergunta para ele responder, preliminarmente. [inaudível]. Tem que haver, né? Pois eu mandei, ele disse que ia me responder. É uma coisa preliminar e daí eu vou ver como a gente pode trazer Geniberto aqui. Eu mantenho contato com ele pela internet diariamente. Quando é que ele vem? [inaudível] 14 de maio é? Aí a gente arranja uma forma, não tem problema. Diga, Juan. [inaudível]. Também, também. É porque a gente tá usando, assim. O nosso projeto inicial é descobrir a documentação da ASI. A última pessoa que pode

dar indicação sobre a ASI é José Maria. Já Rinaldo não, quero ouvi-lo sobre aquela documentação que você já trouxe, bastante interessante. Não, mas ele chegando aqui a gente arranja um jeito de conversar com ele. 14 de maio? Ótimo. Eu vou até já passar um e-mail pra ele, conversar com ele. Professor Almir... Como é o nome daquela menina? Patrícia. Diga, professor Almir.

[Inaudível]

Carlos Gomes: Lá em Caicó, ótimo. Muito bom. Kadma, pela convocação que foi feita, quem era a primeira pessoa a ser ouvida? Alberto? Muito bem. Então a nossa pauta, hoje, nós temos dois convidados. Alberto e Ginani. Não, Arruda Fialho. O Ginani eu descobri, ele mora em São Paulo. Pois eu recebi um e-mail de Ciro Tavares, me dizendo até de coincidências de ter sido operado da próstata, não sei o quê... está em São Paulo. Geniberto eu sei. Ah, bom, então eu descobri o endereço dele. Nós vamos ouvir o caso de Alberto Lima, ele é aposentado da Universidade. Ele é comunista. Ah, não é aposentado? Ah, pediu demissão? Pediu demissão. O caso dele nós recebemos uma exposição de motivos, como um memorial, onde já nos permite ter um conhecimento do caso. Claro que nós não vamos fazer a ele as perguntas sobre o que ele já expôs. Eu gostaria que aqueles que leram e fizeram anotações pudessem daqui pensar algo mais que nos dessem um caminho a tomar no caso dele. Por exemplo, ele foi funcionário daqui e num determinado período surgiu uma lei, uma norma, não sei se é uma norma jurídica, que permitia que eles ganhassem um benefício de nível superior. Ele e mais dois colegas, que pelo menos ele menciona, os três fizeram esse requerimento basicamente no mesmo período. Pois não?

Alberto Lima Leite: [inaudível] Então, durante esse estágio foi nos dito que aqueles estudantes que tivessem melhor desempenho seriam contratados definitivamente como funcionários da Universidade, deixariam de ser estudantes estagiários e seriam funcionários da Universidade. Bom, em função disso, meu sonho era exatamente esse, entrar na Universidade, fazer carreira na Universidade. Enfim, acho que agreguei alguma coisa que o coordenador do grupo, que era o professor Arimatés, ele me colocou no gerenciamento desse grupo. Terminado o levantamento, tal qual tinha sido prometido, nós fomos contratados pela Universidade, aqueles que se saíram melhor. E então eu fui... 1981?

Carlos Gomes: Você formou-se em 1981? Aí aqui diz, no caso, seu período aqui foi de 78 a 83, mas esse fato aí? É de 78.

Alberto Lima Leite: Que eu entrei como...

Carlos Gomes: Agente administrativo.

Alberto Lima Leite: É, exatamente.

Carlos Gomes: Agora esse fato que você contou é antes de 78?

Alberto Lima Leite: Depois de 78, eu já era funcionário, eu já era funcionário. Eu estou nessa preliminar para justificar, o senhor falou dois, um grupo de duas pessoas. Era um grupo de dezesseis pessoas. Essas dezesseis pessoas todas foram contratadas como funcionários. Certo? Então, dois anos depois, mais ou menos, se a memória não falha, mas eu coloquei com mais precisão no relatório, nós ficamos sabendo, nós do grupo ficamos sabendo que um dos nossos companheiros de grupo tinha obtido um benefício de equiparação salarial para já, nós já éramos formados, nesse momento que nós ascendemos à profissão de economista sairíamos do salário de agentes administrativos que éramos para receber o salário de economista, amigo meu administrador e por aí vai. E aí todo mundo fez. Os respectivos departamentos, de cada um de nós, encaminharam esses processos para o órgão competente que era o departamento de pessoal. E é... o meu processo desapareceu da mesa de despacho do Reitor. Estou dizendo isso porque nós tínhamos amigos que trabalhavam dentro do gabinete do reitor, que inclusive tinha interesse nisso também, de acompanhar isso. Essa pessoa me ligou no dia que o processo estava na mesa do reitor e disse tanto para mim quanto para Gurgel e Queiroz, que eu faço essa menção, que nem se preocupasse. Ora, meus amigos, para uma pessoa humilde e pobre como nós, pelo menos como eu era, obter isso era a realização da minha vida, a realização profissional para a minha vida. Porque o planejamento que eu fiz foi trabalhar na Universidade e crescer profissionalmente dentro da Universidade. Eu estava absolutamente ligado vinte e quatro horas nisso pelo significado que tinha pra mim. E sou informado que, no dia, Alberto está aqui, Gurgel e Queiroz, o documento está aqui na mesa, tranquilo. O Reitor chegando ele assina e amanhã está tudo beleza. No dia seguinte, Gurgel e Queiroz, que são dois amigos, um é economista e o outro é administrador, a pessoa ligou pra eles, a pessoa é amiga nossa, dizendo que todos os processos foram assinados, eu vibrei muito com eles, pois meu processo estava ali também, e Gurgel e Queiroz saíram dos seus departamentos e foram conversar pessoalmente com a pessoa para ouvir a confirmação definitiva dele, escutá-lo. Aí a

pessoa disse: “não, ‘tá’ beleza”! Aí Gurgel disse que Alberto está querendo saber sobre o dele. Aí olha, era para estar aqui e não está... E simplesmente sumiu o processo, simplesmente desapareceu. Eu não consegui entender isso, ninguém conseguiu entender e eu fui procurar a Dra. Maria Daguia para me dar uma explicação e ela não me atendeu, ela destacou alguém, uma funcionária, apesar de fazer parte, parece que era do staff dela, disse que não tinha como dar informação desse processo porque não sabia onde ele estava, e já foi dizendo assim, que essa era a opinião da diretora do departamento de pessoal. Eu, como disse aos senhores, não tinha influência, não tinha amigos, eu era uma pessoa absolutamente, do ponto de vista de poder na Universidade, eu não representava absolutamente nada, era uma pessoa humilde, não tinha alguém para conversar e pedir uma ajuda, mas fui procurar os caminhos legais, que eram as pessoas, as autoridades que deviam ser responsáveis por isso. Pedi uma audiência com o pró-reitor de administrador, Dr. Ezequias Pegado, ele me atendeu muito bem e disse também que não tinha nenhuma informação sobre isso, sobre o sumiço do processo. Novamente eu não conseguia entender aquele comportamento, pois eu não representava nenhuma ameaça pra ninguém, eu não conhecia ninguém na Universidade. O reitor, o pró-reitor e dona Maria Daguia eram pessoas que eu tinha visto pela primeira vez, pela oportunidade de conversar naquele momento, eu não conseguia entender aquilo. Voltei para o meu departamento, para trabalhar e tal, como eu era funcionário, pedindo às pessoas que se soubessem alguma coisa, me dissessem, me dessem um retorno, mas pedi uma audiência com o magnífico, né? Obviamente que pela agenda do professor, do Dr. Diógenes, do magnífico reitor, era uma coisa que teria de ser demorado, eu compreendi perfeitamente. Acho que dois ou três meses depois eu obtive uma audiência com ele e ele só me atendeu mais ou menos uma nove horas da noite, estava tudo já desligado, a Universidade estava quase já fechada, mas ele me recebeu. É, antes disso, antes de entrar, eu até hoje, quando eu falo sobre isso, para mim isso me produziu um trauma emocional muito grande, porque simplesmente eu não consigo compreender por que. Se eu fosse um sujeito atuante, uma pessoa que tivesse criado uma resistência natural por algo que tivesse feito, algo... Até hoje não consigo entender isso, depois é que começou a ficar mais claro. Então, eu entrei no gabinete dele, veja só a inversão de papéis. Eu sabia que, naquela época, contextualizando essa história de liberdade de expressão, você um sujeito do povo, um rapaz simples, fazer certas colocações, certas exigências, vou dizer exigências não, certas colocações para uma autoridade do porte de um reitor era uma coisa um tanto complicada. Mas eu pedi para o professor Diógenes que pelo amor de Deus ele dissesse pra mim em que momento da minha curta vivência como funcionário, em que momento, em que circunstâncias eu ofendi alguém, o que foi que eu tinha

feito para receber aquele tratamento. O professor Diógenes ele muito frio, muito distante, olhou pra mim impassível e disse assim: “Senhor Alberto, saia da Universidade, que você aqui não tem futuro”. Ele simplesmente disse isso.

– Dr. Diógenes, pelo amor de Deus, por favor, olha o que o senhor está fazendo comigo. Por que, o que está acontecendo? Por que o senhor está falando isso? Eu fiz algo ao senhor pessoalmente, me diga o que eu fiz?

– A reunião está encerrada e eu acho que o senhor tem mais futuro fora da Universidade.

Eu, o que eu pude deduzir disso, é que alguém chegou para ele, ele recebeu informações sobre mim. Alguém passou uma informação, pois não é possível que alguém forme uma opinião a respeito duma pessoa que nunca viu na vida, para ter esse tipo de postura em relação a mim. Aí acabou a reunião. Eu disse:

– Professor, olhe, já que o senhor não quer me dar uma informação, peço licença ao senhor porque eu vou escrever para o Ministério da Educação, eu vou tomar uma atitude, pois não tenho dinheiro para pagar um advogado, não tenho nada, não conheço ninguém, mas é a única coisa que eu posso fazer.

– Faça o que você quiser.

– “Tá” bom.

Então eu conversei com a minha família, mostrei, as pessoas querendo informações, querendo explicações de mim. O que eu posso dizer pra vocês? Não tenho o que falar pra vocês. Só estou dizendo o que aconteceu. As coisas aconteceram dessa forma. Então eu fiz uma correspondência para o representante do MEC aqui no estado Rio Grande do Norte, que hoje eu não lembro o nome.

Carlos Gomes: Qual foi o ano?

Alberto Lima Leite: Entre 81 e 82. Entre 81 e 83. 83 Foi o ano que efetivamente eu tive que pedir demissão. Então eu fiz a carta e voltei a trabalhar, lá no DSG. Eu trabalhava no DSG. E, sintomaticamente, em função, talvez até dessa, que eu falei isso para o reitor, que eu ia escrever para o Ministério da Educação, no dia seguinte começou a aparecer pessoas lá no DSG, alunos, conhecidos meus, amigos, os próprios funcionários que trabalhavam em outros setores que passaram a ir lá no DSG me conhecer, queriam saber quem eu era e tal, ficavam

apontando e tal, e fazendo graça, faziam brincadeiras, enfim, um assédio moral muito grande, as expressões que eu ouvia eram assim: “você não criticava, não critica tanto o regime? Agora vai lá, chame os comunistas para resolver esse problema pra você”. Quando comecei a ouvir isso foi a única coisa que me fez despertar, jamais eu nem imaginava isso. Agora estava começando a ficar claro que aquilo era uma retaliação de ordem ideológica. Agora o interessante era o seguinte, eu não era filiado ao partido comunista, não participava de manifestações ostensivas para o partido comunista. Apenas tinha minhas posições pessoais e externava isso para as pessoas, cobrava muito das pessoas tanto no bloco onde eu trabalhava quanto na sala de aula. Não nego que tinha uma, digamos assim, inclinação para tendências socialistas, ora um jovem que não tem? Qual o jovem que não tem? Quem não quer ver um mundo melhor, melhor construído? Quando esses eventos de tortura psicológica e assédio moral começaram a se intensificar, as coisas, os trâmites de processos não passavam mais com a intensidade que passavam porque eu trabalhava no patrimônio, controle patrimonial em função do trabalho que a gente fez. Então eu comecei a perceber que tinha realmente essa coisa de ideologia política. E é, soube nesse período, soube que a carta para o Ministério da Educação havia surtido efeito. Soube por amigos que trabalhavam no departamento de pessoal que estava havendo uma sindicância para se apurar as minhas denúncias. E eu fiquei exultante porque pensei que agora as pessoas vão me chamar para conversar comigo, me dá uma posição porque aconteceu. E fiquei torcendo para receber o convite da comissão de sindicância para falar comigo, enfim, trocar informações. Soube que dona Maria Daguia foi ouvida, os auxiliares dela foram ouvidos, muito provavelmente o pró-reitor foi ouvido, mas, isso é o que eu soube. Oficiosamente ela ocorreu, eu não recebi qualquer comunicado de que estava havendo essa sindicância. Depois que ocorreu essa sindicância minhas esperanças de conseguir um pouco de justiça com relação a isso realmente se acabaram. Eu tinha recorrido ao Ministério da Educação como última instância desligada emocionalmente daquele problema que tinha acontecido, até porque era um órgão de poder decisório maior, eu esperava que a coisa tivesse, deveria ter sido encaminhada de forma profissional, estandardizada como todo processo deve ser. Quando eu vi que nem aquilo tinha surtido efeito, cristalizou-se a ideia de pedir demissão. E em 83 eu pedi demissão. Então essa foi...

Carlos Gomes: Alberto Lima Leite.

Alberto Lima Leite: Sim, senhor.

Carlos Gomes: Alberto, você fez uma exposição muito bem narrada. Agora, eu gostaria de fazer algumas indagações. Você tem cópia ou número de algum processo desses?

Alberto Lima Leite: Meu caro amigo, tudo isso só aconteceu porque Alberto Lima não fez o que hoje é óbvio, é do dia a dia de uma criança de cinco anos que trabalha com alguma coisa, com papel. Naquela época, porque é importante a contextualização disso que eu estou falando. Hoje qualquer pessoa que utilize tecnologia da informação para mandar papel, som, vídeo, seja lá o que for, a coisa mais elementar que existe é guardar uma cópia pra você. Naquela época, quando eu estou falando naquela época, professor, naquela circunstância histórica daquele momento, ninguém jamais poderia imaginar que algo como isso fosse acontecer, e muito menos eu. Porque se eu tivesse a consciência de que representava algum incômodo para a administração central da Universidade, eu teria feito isso, eu teria tirado uma cópia desse bendito papel, desse processo. No momento em que redigi esse documento eu não tinha ideia dos propósitos da Comissão da Verdade, peço até desculpas, posso até não ter lido suficiente bem a origem e a destinação da comissão da verdade. Naquele momento, nesse momento, eu achava que a Comissão da Verdade iria, além de examinar o caso, ela iria fazer um processo de investigação a respeito disso. Então, se eu estou enganado, acho que não é esse o propósito.

Carlos Gomes: Não, é esse o propósito da Comissão. É de investigar todos os fatos... [inaudível]. Por isso eu fiz a pergunta. Se você tinha algum número, porque através do número...

Alberto Lima Leite: Não tenho, perdão. Eu disse aí, perdão, aí no documento, tem um possível caminho para se chegar às informações que eu estou dizendo ao senhor. Porque esse documento obrigatoriamente saiu do Departamento de Serviços Gerais com um número de protocolo. Ele entrou no DP com um número de protocolo, ele saiu do DP e foi pra Pró-Reitoria de administração com esse número, foi pro gabinete do reitor, tenha certeza, com um número de protocolo. E deve tá nas anotações de protocolos, de documentos que chegam lá para serem analisados e homologados ou não. Então existe esse caminho.

Carlos Gomes: É por aí o caminho que nós queremos. Nós temos constatado já a dificuldade de encontrar documentos daquela época.

Alberto Lima Leite: Eu sei, professor.

Carlos Gomes: Possivelmente foram destruídos. Mas por exemplo, eu anotei aqui esse arquivo do Ministério da Educação. Pode ser que a gente encontre alguma coisa.

Alberto Lima Leite: Da sindicância...

Carlos Gomes: E encontrando essa sindicância que você soube que houve até algum resultado, mas não tomou conhecimento oficialmente. Isso aqui é um caminho que a gente pode procurar, ver se encontra no MEC. Aqui nós já estamos procurando tudo que é daquele tempo. Nós temos bolsistas que tem trazido tudo que é cópia de documento, despacho... E o encaixe é por aí.

Alberto Lima Leite: Outra informação importante, professor, é que tanto o Queiroz, eles são funcionários ainda, estão na ativa, quanto o Gurgel trabalha. Um trabalha na Reitoria, e o outro trabalha no... eles trabalham por aqui. Eu posso até, inclusive, anotar aí exatamente onde eles trabalham. Eles têm na ficha funcional que, com certeza, o processo, o instrumento legal que deu origem a essa equiparação salarial está anotado na pasta deles. Eu já falei com eles e disseram que na hora que eu precisar estão à disposição. Tenha certeza que vai estar lá, é o documento que justifica naquele momento a elevação de salários dele.

Carlos Gomes: José Gurgel de Freitas e Francisco Queiroz de Lima.

Alberto Lima Leite: Exatamente.

Carlos Gomes: São funcionários daqui ainda?

Alberto Lima Leite: São. Isso, exatamente.

Carlos Gomes: Depois eu quero falar com você porque nós vamos chamá-los aqui. Pode ser que eles tenham alguma coisa e pelas datas dos processos dele já temos indícios. Você nesse tempo pertencia a qual setor da Universidade?

Alberto Lima Leite: Departamento de Serviços Gerais. DSG.

Carlos Gomes: Agora é questão de fazer indagações pelo que a gente leu. Por exemplo, eu já tenho como chamar os funcionários para nos ajudar, ver se tem algum papel, alguma coisa da época. E vou designar alguém para fazer uma verificação na documentação aqui na universidade e também quando a gente chamar o menino da Facex vamos ver se é no período dele, para saber onde está esses documentos. Também entrar em contato com MEC para saber se o MEC possui. É possível até que o MEC tenha. É possível que tenha. Agora, aqui mesmo

da ASI é que “ta” difícil. Mas do Ministério eu tenho recebido documentos interessantes, estão aí em sites, arquivos. Pode ser que por aqui esses do ministério a gente pode encontrar. Se encontrar é o mais importante de todos, porque ele tem o conhecimento e a decisão, já que houve alguma repercussão. Eu queria exatamente facultar alguma pergunta, alguma coisa que pudesse clarear mais a busca.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Eu queria dizer ao senhor Alberto, inicialmente, primeiro, logo que chegou aqui, eu li atentamente o seu documento e o caso se enquadra perfeitamente nos propósitos da Comissão da Verdade. A correção da injustiça é que é possível que possa ensejar uma ação judicial para corrigir. Na realidade, foi uma clara discriminação, uma clara discriminação. Mas eu queria fazer duas perguntas. Primeiro, esse vínculo era aquele vínculo, como naquela época, antes da Constituição de 88, era um vínculo provisório, né? Aquele vínculo...

Alberto Lima Leite: Não, bom, veja só. Não fiz concurso.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Não havia concurso. Nem para professor.

Alberto Lima Leite: Exato. O que me disseram e que pude constatar nos documentos que assinei, do contracheque que recebia, enfim, eram documentos oficiais da Universidade. É o que posso dizer para o senhor. Era funcionário.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Esses que participaram do processo seletivo foram, eles tiveram promoção para nível superior, dentro da mesma forma de contratação, apenas a promoção para nível superior.

Carlos Gomes: Contracheque você não tem?

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Esse processo seletivo não foi coletivo? Eu estou só tentando... Mais um detalhe nessa pesquisa que o presidente...

Carlos Gomes: Deixe-me dar uma explicação. Antes da Constituição de 88 existiam uns funcionários, meu Deus, como era o nome, não me recordo mais, era um tipo de funcionário que com cinco anos ele adquiria estabilidade. Tornava-se efetivo.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Mas o que eu estou querendo saber dele é se esse processo seletivo teve uma norma, um documento?

Alberto Lima Leite: A Pró-Reitoria de administração junto da Pró-Reitoria estudantil publicaram documentos dos quadros da Universidade, nos corredores, dizendo que estava aberto um estágio para a Pró-Reitoria de administração e o DSG para realizar um levantamento do acervo patrimonial da Universidade e que, ao terminar o processo de levantamento desse acervo, aqueles alunos que obtiveram o melhor desempenho seriam contratados. Existia isso aí.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Mas era um grupo limitado?

Alberto Lima Leite: Eram dezesseis pessoas.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Essa relação você não sabe se existe em algum lugar?

Alberto Lima Leite: Tem Gurgel e tem Queiroz.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Se essa relação foi publicada? Deve ter sido. Tem algum documento desses?

Carlos Gomes: Essa sua pergunta já me deu...

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Ele foi o único que não foi... como ele foi o único dos dezesseis que não foi aproveitado...

Alberto Lima Leite: Vejam só, como os dezesseis eu fui contratado, contratado. Eu fui contratado junto com todo mundo, contratado para fazer parte do quadro de funcionário efetivo da Universidade. Agora o único que não obteve o benefício de equiparação salarial foi Alberto Lima.

[Inaudível]

Alberto Lima Leite: Sim, sim... no ambiente de trabalho. Também, certamente. [Inaudível] Porque é a única alternativa, a única forma de explicar o que aconteceu. É uma suposição lógica. Claro, eu, durante... eu queria só agradecer, talvez não tenha terminado a participação ainda, mas eu queria muito agradecer a todos os senhores, ao senhor professor, que é o presidente da Comissão, pelo fato de, pela primeira vez, em trinta anos que eu estou recebendo uma... que a Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte está abrindo a possibilidade de me ouvir, para mim isso é muito importante. Então, eu fico grato por esse momento.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Nós também agradecemos a você.

Carlos Gomes: Se nós conseguíssemos realmente subsídios, seria já uma grande vitória da Comissão corrigir distorções. Nós temos todo o interesse em apurar. Vamos ao trabalho investigativo agora, a gente vai ter que botar a turma para procurar documentos. Acho que o depoimento desses dois colegas serão depoimentos importantes porque eles estão em atividade, eles têm uma ficha funcional. Eu já vou até pedir uma cópia da ficha deles porque lá deve ter alguma coisa. Ingressou, contratado por força do edital.

Alberto Lima Leite: Exatamente nas mesmas condições. Nós criamos, construímos essa amizade em função dessa oportunidade que foi dada para gente e do trabalho que foi executado. Eles têm... pelo fato de estarem na ativa, são excelentes fontes de informações, sim.

Carlos Gomes: Eu solicitaria o seguinte: já que você possui o nosso e-mail, se você pudesse nos mandar o endereço deles e o telefone o mais rápido possível para gente chamar os dois funcionários.

Alberto Lima Leite: Já tem.

Carlos Gomes: E vamos logo procurar no fichário da Universidade, se eles estão em atividade.

Alberto Lima Leite: O ano passado, mais ou menos outubro, eu estive aqui, não foi através da Comissão da Verdade, eu estive aqui pessoalmente e solicitei ao Departamento Pessoal que me desse algumas informações a respeito da minha ficha e tal. Naquele momento foi dito que não tinha nenhuma anotação na minha ficha em função de tudo o que eu falei. Mas como eu senti que não era aquela a via para progredir, então deixei pra lá. E fiquei aguardando a oportunidade. Até que um dia que estava sendo instalada a Comissão da Verdade, que aí volta... Subiu-me pelo peso do nome porque Comissão da Verdade, essa palavra é... ela tá muito ligada à justiça. E quando a gente está doente, ansia desesperadamente por um remédio para ficar bom, não é professor? Muito obrigado.

Carlos Gomes: Quer fazer mais alguma consideração final?

Alberto Lima Leite: Não, só agradecer ao fato de estar sendo ouvido aqui hoje.

Carlos Gomes: Muito obrigado pela sua presença. Se quiser permanecer, fique à vontade.

Alberto Lima Leite: Eu gostaria, mas queria pedir desculpas aos senhores porque, em função de tudo isso, eu adquiri algumas sequelas que me impedem de ficar sentado por muito tempo. Muito obrigado por tudo e Deus abençoe vocês.